



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122968 - MS (2020/0013640-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MAYCON HENRIQUE AMORIM (PRESO)
ADVOGADOS : CAIO MAGNO DUNCAN COUTO - MS015936
JORGE DAVID GALEANO ROSENDO - MS024959
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CORRÉU : WELLYNTON DA SILVA CONCEICAO
CORRÉU : ALLAN JOSE QUEIROZ MOREIRA
CORRÉU : OLIVIO GABRIEL SILVA

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS, USO DE ARMA DE FOGO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DAS VÍTIMAS. EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRISÃO DOMICILIAR. FILHO MENOR DE 12 ANOS DE IDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE IMPRESCINDIBILIDADE PARA OS CUIDADOS DA CRIANÇA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Maycon Henrique Amorim** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no HC n. 1413914-78.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente, em 4/10/2019, acusado da prática do delito de roubo majorado (art. 157, § 2º, II, IV e V, e § 2º-A, I, do CP).

Impetrado *writ* na origem, em que se pleiteava a revogação da constrição cautelar, pela ausência de fundamentos idôneos a ampará-la, o Tribunal *a quo* denegou a ordem, pelos fundamentos sintetizados na seguinte ementa (fl. 61):

EMENTA - *HABEAS CORPUS* - ROUBO MAJORADO - PRELIMINAR DE NÃO-CONHECIMENTO SUSCITADA PELA PGJ - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - REJEITADA - PRETENDIDA A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA CUSTÓDIA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA -

SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR DOMICILIAR - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - ORDEM DENEGADA.

I - Apesar da instrução precária do *writ* em relação às provas pré-constituídas, o acesso aos documentos necessários para o exame do caso pôde se aperfeiçoar por intermédio de simples consulta aos autos digitais através do Sistema de Automação da Justiça (SAJ): razão pela qual a preliminar ministerial deve ser rejeitada.

II - Mantém-se a segregação cautelar do paciente, porquanto o decreto prisional está satisfatoriamente fundamentado na garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta da conduta, a qual está consubstanciada no *modus operandi* da ação delituosa, o qual consistiu na prática de roubo com concurso de agentes, emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, cabendo frisar que, dentre estas, estava uma criança de apenas 07 (sete) anos de idade tão somente para lograr êxito no transporte do veículo pertencente à vítima até a Bolívia. Não se pode olvidar que tais delitos são costumeiramente orquestrados por organizações criminosas, as quais se valem de veículos subtraídos no País como moeda de troca para a aquisição de drogas e armas em países vizinhos.

III - Eventuais condições pessoais favoráveis, isoladamente, não têm o condão de revogar a prisão preventiva do paciente.

IV - Incabível a substituição da prisão preventiva por domiciliar, pois, neste particular, o paciente não demonstrou ser imprescindível aos cuidados especiais de seu filho menor de 6 (seis) anos de idade ou de pessoa com deficiência, de modo que o caso não se amolda aos incisos III e VI do artigo 318 do CPP.

V - Preliminar rejeitada e ordem denegada, em parte contra o parecer.

Inicialmente, sustenta o recorrente ilegalidade decorrente do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, alegando que os atrasos são decorrentes da atuação do Estado e da defesa dos demais acusados.

Assevera, também, a ilegalidade da prisão preventiva, uma vez que se *fundamentou unicamente em uma gravidade abstrata do delito em estudo. Nada ostentou, portanto, quanto ao enquadramento em uma das hipóteses que cabível se revela a prisão cautelar (art. 312 do CPP) - (fl. 84).*

Afirma que *a decisão que decretou a prisão preventiva não cuidou de elencar quaisquer fatos ou atos concretos que representassem minimamente a garantia da ordem pública, não havendo qualquer indicação de que seja o Paciente uma ameaça ao meio social, ou, ainda, o risco de reiteração delitiva (fl. 85).*

Acrescenta que *inexiste qualquer registro de que o Paciente cause algum óbice à conveniência da instrução criminal, nem muito menos fundamentou sobre a necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, não decotando, também, quaisquer dados (concretos) de que o Paciente, solto, poderá evadir-se (fl. 85).*

Em seu favor, alega que *é primário, sem nenhuma condenação criminal, possui proposta de trabalho e anteriormente trabalhou ininterruptamente por 3 (três) anos, residência fixa, família constituída, filho menor de idade (4) anos (fl. 95).*

Por fim, diz que possui direito à prisão domiciliar, pois preenche as situações descritas no art. 318, III e VI, do Código de Processo Penal.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da sua prisão preventiva, com imediata expedição de alvará de soltura ou, subsidiariamente, a fixação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fl. 151).

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Onofre de Faria Martins, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 154/156).

É o relatório.

Urge ressaltar, inicialmente, que não comporta conhecimento a alegação de ilegalidade decorrente do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, uma vez que a matéria não foi submetida à análise do Tribunal *a quo*. Assim, o seu exame diretamente por esta Corte implicaria inadmissível supressão de instância.

Outrossim, é certo que a prisão preventiva é cabível mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

No caso, diferentemente do que alega o recorrente, a prisão cautelar não está desprovida de fundamentação idônea. O Juízo de origem, ao decretar a prisão preventiva, asseverou (fls. 103/105 – grifo nosso):

Infere-se dos elementos que instruem o presente feito, que há prova da existência do crime de roubo majorado, através do(s) boletim(ns) de ocorrência n. 10439/2019 (f. 17-20) e relatório de investigações - ref. BO 10439/2019-DEPAC CENTRO e BO 3971/2019 DP CORUMBÁ (f. 05-08).

Ainda, constam dos autos indícios suficientes de autoria que apontam para o representado Maycon Henrique Amorim, em especial o constante no relatório de investigação de f. 05-08, informando que foram obtidas imagens dos fatos, nas quais se visualiza que os autores desceram de um veículo VW/Gol, o qual pertence ao representado, condutor do veículo em questão na ocasião (f. 05-08).

Além disso, os indivíduos Allan José Queiroz Moreira e Wellynton da Silva Conceição procederam reconhecimento fotográfico do representado, apontando Maycon Henrique Amorim como sendo a pessoa que buscou ambos na madrugada do dia 02/08/2019 e levou-os até o veículo subtraído Fiat/Toro, que se encontrava estacionado em via pública (f. 09 e 12).

Presentes, desse modo, os pressupostos indicadores do *fumus boni iuris* a

ensajar a prisão preventiva, também exsurtem, diante do caso concreto, os fundamentos que a autorizam.

A prisão mostra-se necessária para a garantia da ordem pública.

Conforme o apurado, o representado teria, em conluio e unidade de desígnios com dois indivíduos não identificados, bem como com emprego de arma de fogo, abordado e rendido as vítimas ocupantes do veículo Fiat/Toro, sendo uma delas menor de idade (07 anos), as quais foram levadas e mantidas em "cativeiro"; durante a referida conduta delitiva, o representado teria fornecido suporte, em seu veículo VW/Gol, do qual os comparsas desembarcaram para render as vítimas.

Na seqüência, teria se encontrado com os comparsas Allan José Queiroz Moreira e Wellynton da Silva Conceição, levando-os até o veículo Fiat/Toro subtraído, para que iniciassem o transporte do bem até o país de fronteira; o representado teria, também, retornado ao "cativeiro" e levado as vítimas para um local diverso, onde fora liberadas (f. 01-04; 17-20).

Desta feita, as circunstâncias do crime em tese praticado - em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo, abordando vítimas em local de grande movimentação de pessoas (saída de uma grane farmácia no centro de Campo Grande), uma delas menor de idade, as quais tiveram a liberdade restringida por considerável tempo, visando o transporte do veículo subtraído para o exterior -, indicam a sua gravidade concreta.

Ademais, as circunstâncias como o crime se deu apontam para uma organização na realização da prática ilícita, com divisão de tarefas, premeditação e com grande potencial de atuação reiterada, reclamando a segregação para obstar novas condutas semelhantes.

Importante observar que a sociedade espera uma atuação firme na busca de punir e excluir do meio social aqueles que agem com tamanho desrespeito à ordem e prisão do representado mostra-se necessária para a garantia da ordem pública visando recompor a paz social e atender a credibilidade da justiça.

O *periculum in mora* necessário ao decreto da prisão preventiva estriba-se, pois, no pressuposto da garantia da ordem pública, razão pela qual decreto a prisão preventiva do(s) representado(s) Maucon Henrique Amorim, qualificado, com fulcro nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, determinando a expedição do mandado necessário. Prazo prescricional provável: 02/08/2039.

Ao examinar a legalidade da decisão, consignou o Tribunal *a quo* (fl. 119):

Do mesmo modo, não pairam dúvidas sobre o fundamento da prisão preventiva, qual seja: a garantia da ordem pública (*periculum libertatis*).

Nesse aspecto, a magistrada singular fundamentou a custódia na necessidade de garantir a ordem pública (p. 54-59)2, haja vista a gravidade concreta da conduta diante das circunstâncias do delito.

Isso porque o ora paciente, teoricamente, participou da prática de roubo com o concurso de agentes, emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, inclusive figurava, dentre estas, uma criança de apenas 07 (sete) anos de idade, tudo isso apenas para lograr êxito no transporte do veículo Fiat Toro pertencente à vítima até a Bolívia.

Não se pode olvidar que tais delitos são costumeiramente orquestrados por organizações criminosas, as quais se valem de veículos subtraídos no País como moeda de troca para a aquisição de drogas e armas em países vizinhos.

Diante desse cenário, não pairam dúvidas de que a custódia se faz necessária e adequada para resguardar a ordem pública por força da gravidade concreta da conduta e da contumácia delitiva apresentada pelo paciente.

Do exposto, verifica-se que a custódia cautelar do recorrente foi decretada e mantida para a garantia da ordem pública com base na gravidade concreta do delito,

notadamente pelo *modus operandi*: delito cometido em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo, abordando vítimas em local de grande movimentação de pessoas (saída de uma grane farmácia no centro de Campo Grande), uma delas menor de idade, as quais tiveram a liberdade restringida por considerável tempo, visando o transporte do veículo subtraído para o exterior (fl. 104).

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. GRAVIDADE EM CONCRETO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

2. **São idôneos os motivos invocados pelas instâncias ordinárias para embasar a ordem de prisão do paciente, pois evidenciam a gravidade concreta do delito de roubo em tese perpetrado e a real periculosidade do acusado, bem demonstrada pelo *modus operandi* empregado em seu cometimento.** Segundo consta dos autos, o crime teria sido praticado por concurso de três agentes, com emprego de arma de fogo, com restrição da liberdade das vítimas, as quais permaneceram três horas no compartimento de repouso do caminhão e tiveram subtraídos alguns pertences e a quantia de R\$ 1.812,00.

3. Dadas as apontadas circunstâncias do fato e as condições pessoais do réu, não se mostra adequada e suficiente a substituição da prisão preventiva por medidas a ela alternativas (art. 282 c/c art. 319 do CPP).

4. O exame da suposta ausência de indícios suficientes da autoria delitiva demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

5. Ordem denegada.

(HC n. 554.114/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 17/03/2020 - grifo nosso)

Assim, inexistente constrangimento ilegal na segregação cautelar do ora recorrente, porquanto devidamente fundamentada em dados concretos do delito, justificando-se por razões de ordem pública, ante a gravidade da prática delitiva.

Ademais, demonstrada a necessidade da segregação antecipada, descabem as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 e seguintes do Código de Processo Penal (RHC n. 69.035/ES, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/11/2017).

Por fim, como bem asseverou o Ministério Público Federal, quanto à

alegação de que seria o único responsável pelo filho menor de 12 anos de idade, observa-se que a Corte de origem bem dirimiu a questão (fl. 121), descabendo a essa Corte Superior reanalisar o alegado, à mingua da apresentação de documentação hábil a comprová-lo.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator